

O interior importa para o desenvolvimento sustentável do país

Dulcineia Catarina Moura¹

Olhar para o interior do país e nele vislumbrar um importante contributo para o desenvolvimento sustentável e integrado de Portugal não é um acto nem de compaixão nem de altruísmo. Perdoem-me a rudeza das palavras, mas como beirã tenho aquele sentido prático e objectivo e aparto de mim a doçura, quando o tema remete para muita seriedade e compromisso. Olhar para o interior do país e sentir a sua importância para o desenvolvimento sustentável é um acto de inteligência, isso sim!

O crescente e duradouro abandono e desertificação de que os territórios do interior têm sido alvo ditam um envolvimento e uma participação activa e combativa de todos os portugueses e portuguesas. Obviamente que os níveis mais altos da hierarquia da gestão e administração do espaço nacional têm, sobre este delicado tema, uma responsabilidade mais do que acrescida. Deviam, por isso, dar um exemplo de como aplicar com justiça e rigor os meios que têm ao dispor para contrariar tais tendências. Se bem que o principal meio ao dispor nunca jamais deveria deixar de ser a ATITUDE.

Os de cá não são tolos (ou não deviam), sempre que nos acenam com um eventual e longínquo intento político de calar vozes discordantes e alimentar enganosamente com um gestinho simpático e uma pancadinha no ombro.

Concentrar geograficamente em Lisboa uma elite política com a mente absolutamente toldada nas suas próprias necessidades e ensejos revelou-se como um cenário nefasto que contribuiu para um país desigual onde a representatividade política é pura quimera. O interior é visto como um espaço condenado ao vazio, em que a expressão eleitoral não justifica a defesa de um plano de edificação de uma sociedade equilibrada e justa, alicerçada numa inteligência colectiva, participativa e sustentável. Também não se tem justificado qualquer tentativa de expressão de tais vontades, porque é naturalmente mais fácil fundamentar o actual estado da arte por via da necessidade de redução da despesa pública. E nesse campo já somos todos parte integrante, e os do interior em dose redobrada.

A emoção, que nos aquece a alma e faz de nós os elementos humanos desta nobre pátria lusa, tem de se agarrar à mão da razão. Não nos deixemos enganar, quando o semblante tem de ser de indignação!

¹ Coordenadora Executiva da Territórios do Côa, ADR
PhD em Economia | Mestre em Economia | Pós-graduada em Marketing Territorial
Investigadora do NECE – *Research Center in Business Sciences* (UBI) | Formadora e Consultora | Docente no IS CET (Porto)
Autora do Livro *Pensar o Interior*

Estejamos alerta em relação aos recentes intentos da descentralização; olhemos com olhos de ver para um futuro em que a regionalização nos pode aproximar do desenvolvimento sustentável e combater as assimetrias regionais; saibamos contribuir para aquele que tem sido o reconhecimento internacional de Portugal como destino turístico – com projectos simples, mas inovadores, oriundos de territórios que reúnem todas as condições para se vivenciarem experiências únicas; sejamos parte activa de uma economia nacional competitiva; saibamos todos ser voz que clama por um comportamento que seja discordante e absolutamente disruptivo em relação a um passado errante; que em cada um dos nossos governantes – do local ao nacional – exista a coragem de serem os obreiros de um país equilibrado, a caminhar para o seu desenvolvimento sustentável, com mais e melhor qualidade de vida, com o investimento público e a dotação dos serviços ao dispor da população distribuídos de forma homogénea, lutando por incentivos e medidas adequadas a cada região e às suas especificidades.

Que assim seja, com Alma até Almeida, hoje e sempre.